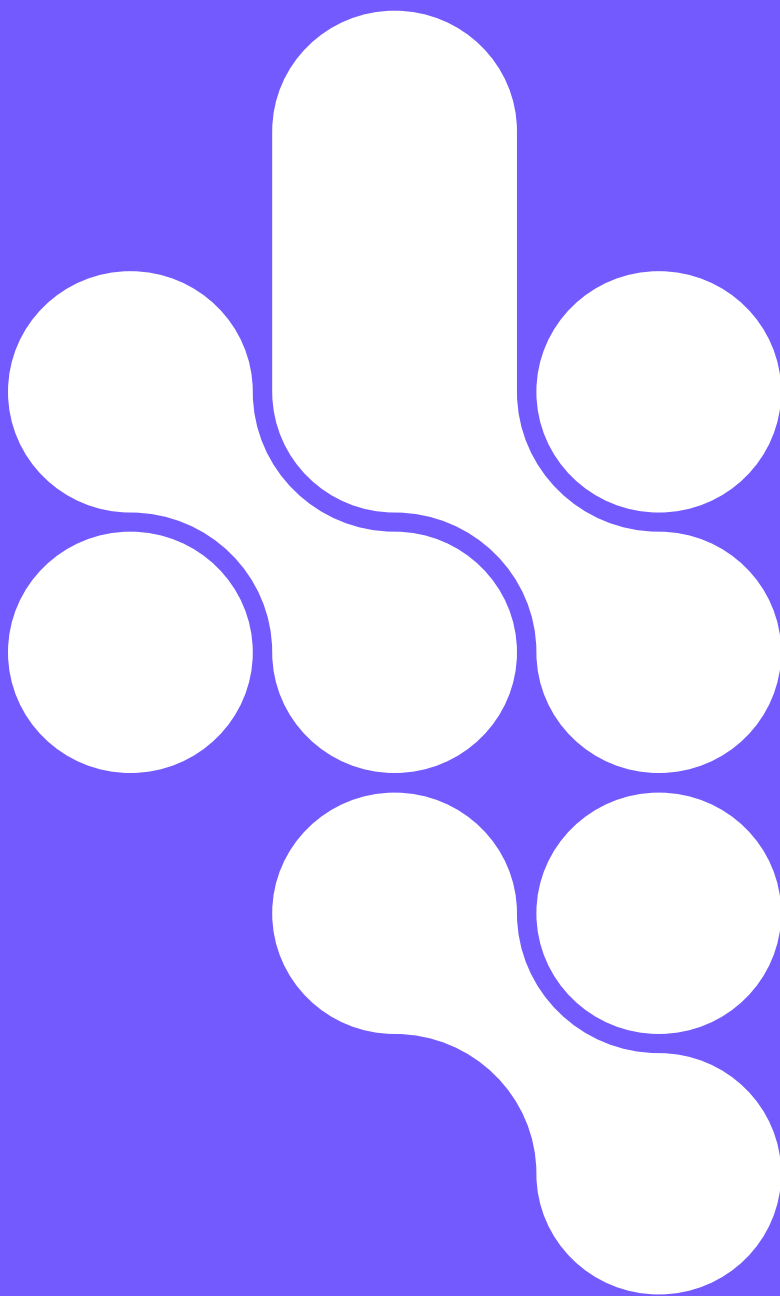




COBRIR AS ELEIÇÕES, ENFRENTAR A VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS ATAQUES À IMPRENSA NO PRIMEIRO TURNO DE 2026

período de monitoramento
16 de agosto a 4 de outubro de 2026





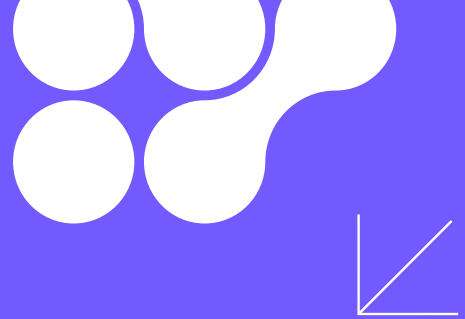
@cdjornalismo



@emdefesadojornalismo

ÍNDICE

1. Introdução: quando informar também significa virar alvo	04
2. A violência contra a imprensa ao longo do primeiro turno	06
3. Como a imprensa foi atacada: discursos, acusações e toxicidade	09
4. Violência de gênero: mulheres na linha de frente dos ataques	12
5. A cobertura eleitoral como alvo: disputas, territórios e veículos	15
6. Uso abusivo da Justiça	19
7. O que o primeiro turno revela	23
8. Onde denunciar e buscar apoio	25



1. INTRODUÇÃO: QUANDO INFORMAR TAMBÉM SIGNIFICA VIRAR ALVO

O jornalismo desempenha um papel fundamental nas democracias ao garantir que informações de interesse público circulem e que aqueles que exercem ou disputam o poder sejam submetidos ao escrutínio da sociedade. Durante as eleições, essa função ganha ainda mais importância: investigar candidaturas, examinar propostas e verificar declarações são atividades essenciais para que a população compreenda o que está em disputa e possa tomar decisões informadas.

No Brasil, porém, esse trabalho é atravessado por diferentes formas de violência. Ameaças, agressões, ataques digitais, campanhas de descredibilização e assédio judicial atingem jornalistas e veículos de comunicação, comprometendo suas condições de atuação e, em determinadas circunstâncias, o próprio acesso da sociedade à informação.

Diante desse cenário, a **Coalizão em Defesa do Jornalismo (CDJor)**, iniciativa que reúne 10 organizações comprometidas com a defesa da liberdade de imprensa e a proteção de jornalistas, realiza um monitoramento dos ataques à imprensa durante as eleições gerais de 2026. O levantamento acompanha a violência dirigida a profissionais e veículos de comunicação ao longo do primeiro turno, buscando identificar sua evolução, os discursos mobilizados, os principais alvos e as relações entre os registros e os diferentes momentos da disputa eleitoral.

A iniciativa dá continuidade ao trabalho desenvolvido pela **CDJor** nas eleições municipais de 2024 e parte da necessidade de observar a violência contra a imprensa de maneira sistemática, para além dos episódios que ganham maior repercussão. Os períodos eleitorais apresentam desafios particulares: a intensificação das disputas políticas, a maior circulação de conteúdos nas plataformas digitais e a exposição de profissionais responsáveis pela cobertura criam circunstâncias nas quais críticas ao jornalismo podem conviver com tentativas de intimidação, ataques pessoais e campanhas de descredibilização. Acompanhar esses movimentos permite compreender não apenas a dimensão das agressões, mas também como elas se manifestam e podem interferir no exercício do jornalismo durante um momento decisivo para a vida democrática.

QUE OS DADOS REVELAM

Os resultados do monitoramento mostram a dimensão da violência contra a imprensa durante o primeiro turno das eleições de 2026. Entre 16 de agosto e 4 de outubro, foram identificados **14.182 ataques** no X e no Instagram, em um universo de quase **3,7 milhões de conteúdos analisados**. Os registros passaram de **2.630**, na primeira etapa, para **4.400** na segunda, um crescimento de **67,3%**, e chegaram a **4.537** na terceira, um

aumento adicional de **3,1%**, mesmo diante da redução no volume de conteúdos analisados. Na última etapa, que compreendeu oito dias em vez de 14, foram registrados **2.615 ataques**. Considerando a diferença de duração entre os períodos, a média diária de agressões continuou crescendo, chegando a cerca de **327 ataques por dia** na reta final da campanha – **um aumento de cerca de 74% em relação ao início**. Os dados também revelam diferenças importantes entre as plataformas e mudanças no perfil dos profissionais atingidos, incluindo uma concentração expressiva de ataques contra mulheres jornalistas em setembro e uma inversão desse padrão no X na última etapa.

Mas os números, isoladamente, não explicam toda a violência. Por trás dos registros estão situações concretas: profissionais atacados após procurar fontes para uma reportagem, jornalistas submetidas a ofensas misóginas e ameaças, veículos pressionados por sua atuação editorial e equipes que precisam considerar os riscos à própria segurança antes de realizar uma cobertura. São episódios que ajudam a compreender como a violência pode interferir nas condições de produção do jornalismo e, consequentemente, na circulação de informações de interesse público.

Este relatório reúne essas diferentes dimensões para apresentar um panorama da violência contra a imprensa durante o primeiro turno de 2026. A análise parte da evolução dos ataques nas plataformas digitais, examina os discursos utilizados para desacreditar jornalistas e veículos, observa as desigualdades de gênero e a distribuição dos registros entre disputas nacionais e estaduais. Também incorpora a análise de uma tendência que envolve o uso abusivo da Justiça Eleitoral para censurar conteúdos jornalísticos, tentando enquadrá-los em propaganda eleitoral negativa. Além disso, explora como as situações de

violência muitas vezes extrapolam o espaço das redes sociais, buscando compreender não apenas a quantidade de agressões, mas suas características, seus contextos e suas consequências para o exercício do jornalismo.

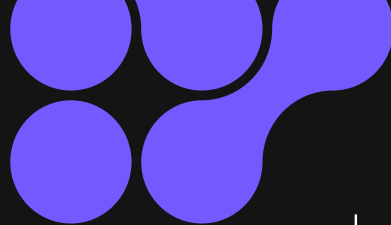
COMO FOI REALIZADO O MONITORAMENTO

O levantamento digital foi realizado a partir de dados coletados e processados pelo Laboratório de Internet e Ciência de Dados (Labic), do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em colaboração com a CDJor. O monitoramento abrange publicações e comentários no X (antigo Twitter) e no Instagram, considerando conteúdos relacionados a candidaturas, jornalistas e veículos de comunicação, além de um conjunto de 652 termos e hashtags ofensivos.

Os resultados foram organizados em quatro períodos: 16 a 29 de agosto; 30 de agosto a 12 de setembro; 13 a 26 de setembro; e 27 de setembro a 4 de outubro¹. Os materiais coletados passaram por processamento e análise para identificar ataques à imprensa e examinar suas características, incluindo os alvos, os contextos eleitorais e a dimensão de gênero.

A análise também conta com a colaboração do ITS Rio, responsável pela avaliação de toxicidade dos conteúdos por meio da ferramenta Perspective API, do Google. O indicador complementa a identificação dos ataques ao estimar a probabilidade de uma mensagem ser percebida como tóxica, sem substituir a classificação realizada no monitoramento.

¹ A última etapa durou 8 dias, enquanto as anteriores duraram 14.



2. A VIOLÊNCIA CONTRA A IMPRENSA AO LONGO DO PRIMEIRO TURNO

OS ATAQUES CRESCERAM DURANTE A CAMPANHA

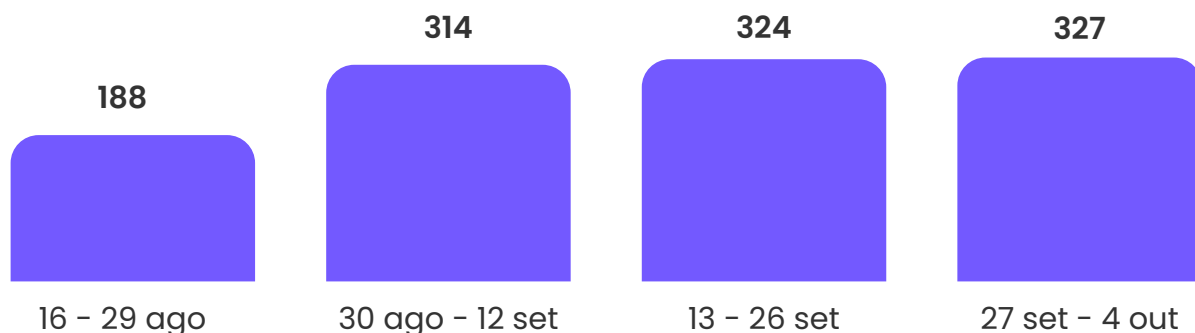
A violência contra a imprensa acompanhou o avanço da campanha eleitoral de 2026, com um crescimento expressivo no volume de ataques registrados ao longo do primeiro turno. Entre 16 e 29 de agosto, foram identificadas **2.630** agressões no X e no Instagram. Na quinzena seguinte, entre 30 de agosto e 12 de setembro, esse número chegou a **4.400**, um aumento de **67,3%**. Ao final do monitoramento, que compreendeu o período de 16 de agosto a 4 de outubro, foram contabilizados **14.182** ataques nas duas plataformas.

Esse crescimento ocorreu em meio à intensificação das discussões eleitorais nas plataformas analisadas. Entre a primeira e a segunda etapa, o universo de publicações e comentários coletados passou de **519.224** para

1.183.753, uma expansão de aproximadamente **128%**. Embora os ataques também tenham aumentado em números absolutos, sua evolução foi proporcionalmente menor que a do conjunto de conteúdos analisados naquele intervalo.

A relação entre o volume de conteúdos eleitorais e a quantidade de ataques, entretanto, não permaneceu constante durante a campanha. Entre 13 e 26 de setembro, o total de publicações e comentários analisados recuou **2,4%**, chegando a **1.155.197**, enquanto os ataques à imprensa aumentaram **3,1%**, alcançando **4.537 registros**. O movimento mostra que a redução da circulação de conteúdos no universo monitorado não foi necessariamente acompanhada por uma diminuição das agressões contra jornalistas e veículos.

MÉDIA DIÁRIA DE ATAQUES À IMPRENSA DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL DE 2026



Na última etapa, entre 27 de setembro e 4 de outubro, foram identificados **2.615** ataques em **836.808 conteúdos analisados**. Como esse período compreendeu apenas oito dias, em comparação aos 14 dias das etapas anteriores, a redução dos números absolutos não representa uma queda na frequência diária das agressões. Pelo contrário, a média chegou a **327 ataques por dia**, contra 324 na etapa anterior e 188 no início da campanha. Isso representa um **crescimento de aproximadamente 74% na média diária de ataques entre a primeira e a última etapa**, evidenciando a intensificação da violência contra a imprensa à medida que a votação se aproximava. Ao longo de todo o primeiro turno, os ataques representaram **0,38% dos quase 3,7 milhões de conteúdos analisados**, com variações entre os períodos que mostram como a intensidade das agressões não acompanhou necessariamente o volume geral de publicações monitoradas.

EVOLUÇÃO DOS ATAQUES DURANTE O PRIMEIRO TURNO

PERÍODO	CONTEÚDOS ANALISADOS	ATAQUES IDENTIFICADOS
16 a 29 de agosto	519.224	2.630 (0,51%) ²
30 de agosto a 12 de setembro	1.183.753	4.400 (0,37%)
13 a 26 de setembro	1.155.197	4.537 (0,39%)
27 de setembro a 4 de outubro	836.808	2.615 (0,31%)
Total do primeiro turno	3.694.982	14.182 (0,38%)

A evolução dos registros evidencia a importância de examinar a violência em relação ao contexto de cada momento da campanha. Uma quantidade maior de ataques pode acompanhar o crescimento geral da circulação de conteúdos, mas também pode resultar da concentração de agressões em torno de uma reportagem, entrevista ou profissional específico.

² Os percentuais entre parênteses representam a proporção de ataques identificados em relação ao total de conteúdos analisados em cada período.

X E INSTAGRAM: DIFERENÇAS ENTRE AS PLATAFORMAS

 Instagram concentrou o maior número absoluto de ataques à imprensa durante o monitoramento. O X, entretanto, apresentou uma frequência proporcionalmente maior de agressões quando considerado o universo de publicações e comentários analisados em cada plataforma.

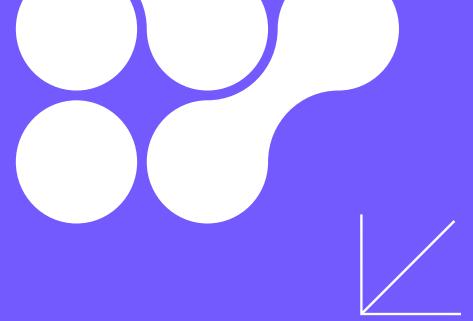
A diferença esteve presente desde o início da campanha. Na primeira quinzena, foram identificados 1.082 ataques em 61.989 conteúdos no X, enquanto o Instagram registrou 1.548 ataques em um universo de 457.235 conteúdos. Na segunda etapa, foram 1.389 ataques no X e 3.011 no Instagram. Entre 13 e 26 de setembro, os valores chegaram a 1.561 e 2.976, respectivamente.

Na última etapa, entre 27 de setembro e 4 de outubro, essa distribuição se inverteu: o X registrou **1.382 ataques**, superando os **1.233 identificados no Instagram**. Considerando todo o primeiro turno, foram contabilizados **5.414 ataques no X (38,2%)** e **8.768 no Instagram (61,8%)**, totalizando **14.182 agressões** nas duas plataformas.

Embora o Instagram tenha concentrado mais ataques no acumulado da campanha, foi no X que as agressões apareceram com maior frequência em relação ao total de conteúdos analisados. A inversão observada na última etapa também evidencia que essa distribuição não permaneceu constante ao longo do período eleitoral. Houve, ainda, diferenças em relação aos profissionais atingidos e à concentração dos ataques contra mulheres jornalistas, como veremos adiante.



A descredibilização da imprensa se consolidou como uma das formas de agressão presentes na campanha, inclusive em conteúdos sem ameaças ou insultos explícitos.



3. COMO A IMPRENSA FOI ATACADA: DISCURSOS, ACUSAÇÕES E TOXICIDADE

ACUSAÇÕES DE PARCIALIDADE, MANIPULAÇÃO E INTERESSES FINANCEIROS

Nem todos os ataques à imprensa durante as eleições de 2026 vieram acompanhados de ameaças ou xingamentos explícitos. Parte das agressões buscou desacreditar o próprio trabalho jornalístico, associando profissionais e veículos à militância política, à manipulação de informações ou a supostos interesses financeiros. Expressões como “imprensa militante”, “mídia golpista”, “fake news”, “pesquisa comprada” e “caiu o Pix” fizeram parte desse repertório, deslocando a discussão do conteúdo publicado para a credibilidade e as intenções de quem produziu ou divulgou a informação.

Esse repertório esteve presente ao longo da campanha. Entre 13 e 26 de setembro, por exemplo, “fake news” registrou **171 ocorrências no X**, seguida por expressões como “globo lixo” (73), “mídia golpista” (54), “caiu Pix” (45) e “jornalista militante” (37). No Instagram, destacaram-se “caiu Pix” (140), “pesquisa comprada” (120) e “fake news” (108). Na última etapa, entre 27 de setembro e 4 de outubro, as acusações persistiram. No X, “globo lixo” (98) e “fake news” (88) estiveram entre as expressões mais frequentes, enquanto, no Instagram, “fake news” (162), “globo lixo” (62) e “pesquisa comprada” (61) ganharam

destaque. A recorrência desses termos nas duas plataformas mostra como acusações de manipulação, parcialidade e interesses financeiros permaneceram presentes até a votação.

A repetição dessas acusações revela um padrão recorrente nos ataques: em vez de contestar as informações publicadas, muitas mensagens colocam sob suspeita a integridade de jornalistas e veículos, associando seu trabalho a interesses políticos ou financeiros. Assim, a descredibilização da imprensa se consolidou como uma das formas de agressão presentes na campanha, inclusive em conteúdos sem ameaças ou insultos explícitos.

A TOXICIDADE DOS ATAQUES NAS REDES SOCIAIS

Para observar também as características da linguagem utilizada nas agressões, a CDJor contou com a colaboração do ITS Rio, que analisou a toxicidade dos conteúdos por meio da ferramenta Perspective API, do Google³. O indicador estima, em uma escala de 0 a 100%, a probabilidade de uma mensagem ser percebida como tóxica. Quanto maior o valor, maior essa probabilidade⁴.

O X apresentou médias de toxicidade superiores às do Instagram durante todo o monitoramento, com variações relativamente pequenas nas três primeiras etapas. Na primeira e na segunda quinzena, a média no X foi de 38,2%, chegando a 36,9% entre 13 e 26 de setembro. Na última etapa, entre 27 de setembro e 4 de outubro, o indicador subiu para 40,4%, o maior valor registrado nas quatro etapas. No Instagram, as médias foram de 23,7%, 22,9% e 23,4% nos três primeiros períodos, recuando para 21,6% na etapa final, o menor valor da série. Assim, enquanto o X encerrou o primeiro turno com um leve aumento na média de toxicidade, o Instagram apresentou uma leve redução, ampliando a diferença entre as plataformas.

Para acompanhar as mudanças na toxicidade ao longo da campanha, o ITS Rio também calculou a mediana diária das pontuações. Diferentemente da média, que soma todos os valores e divide o resultado pelo número de mensagens analisadas, **a mediana**

identifica o valor central quando essas mensagens são organizadas da menos tóxica para a mais tóxica. Isso significa que, se a mediana de determinado dia foi de 40%, metade das mensagens recebeu pontuações de toxicidade de até 40%, enquanto a outra metade apresentou valores iguais ou superiores. Como não é tão influenciada por mensagens com pontuações excepcionalmente altas ou baixas, a mediana ajuda a observar o comportamento mais comum dos conteúdos analisados. Nos gráficos, a linha azul mostra essa medida ao longo dos dias, enquanto a faixa sombreada⁵ indica a variação das pontuações entre as mensagens, permitindo identificar períodos em que os resultados foram mais semelhantes ou mais dispersos.

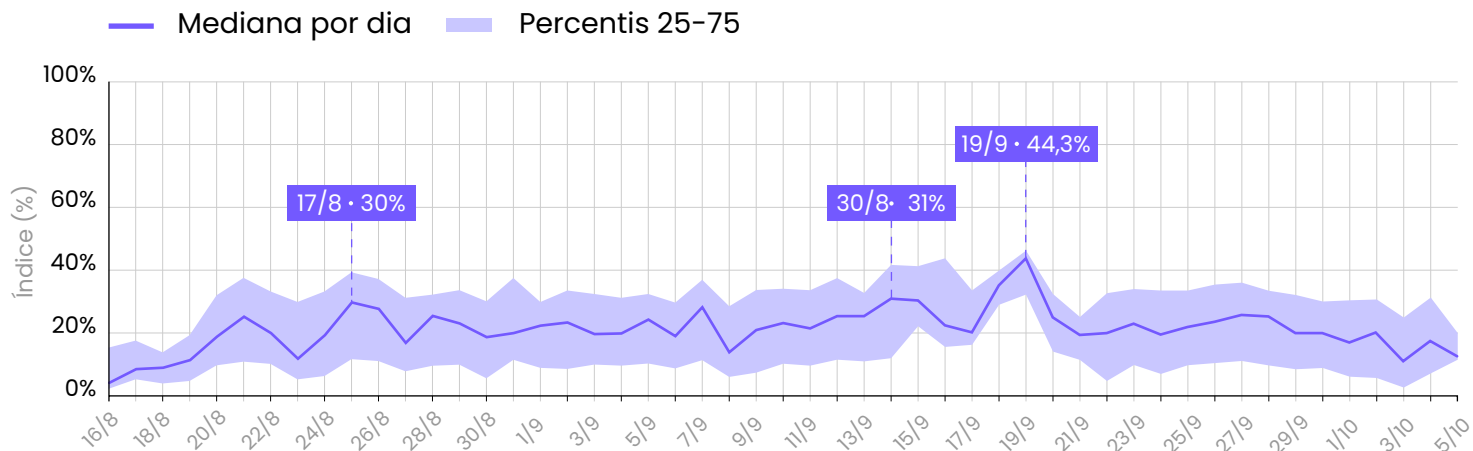
Os resultados reforçam a diferença entre as plataformas. No X, as medianas permaneceram próximas de 40% durante boa parte da campanha, com oscilações pontuais. O maior pico destacado ocorreu em 17 de agosto (59,9%), apenas um dia após o início oficial da campanha eleitoral, seguido por elevações em 30 de agosto (43,9%) e 18 de setembro (45,8%). No Instagram, as medianas ficaram predominantemente próximas de 20% a 25%, mas apresentaram aumentos mais pronunciados em determinados momentos, especialmente em 25 de agosto (30%), 14 de setembro (31%) e 19 de setembro (44,3%). Este último foi o pico mais expressivo da plataforma, aproximando temporariamente sua mediana dos valores observados no X.

³ As análises de toxicidade produzidas pelo ITS Rio abrangem o período de 16 de agosto a 5 de outubro de 2026, enquanto o monitoramento de ataques à imprensa realizado pela CDJor durante o primeiro turno compreende o intervalo de 16 de agosto a 4 de outubro. Assim, a análise temporal da toxicidade inclui um dia adicional em relação aos demais dados apresentados neste relatório.

⁴ Não se trata, portanto, da porcentagem de publicações classificadas como ataques, mas de uma medida complementar sobre o teor das mensagens analisadas.

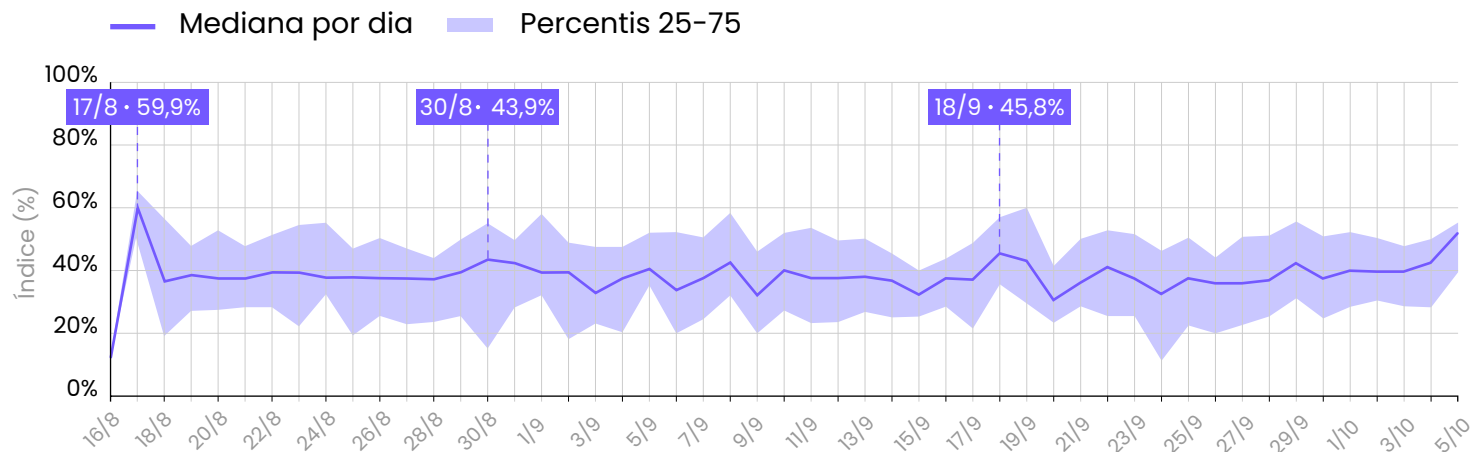
⁵ A faixa sombreada representa o intervalo entre os percentis 25 e 75. Isso significa que, em cada dia, 25% das mensagens receberam pontuações abaixo do limite inferior da faixa, 50% ficaram dentro dela e 25% acima do limite superior. Quanto mais larga a faixa, maior a diferença entre as pontuações desse grupo central de mensagens.

TOXICIDADE - X (TWITTER)

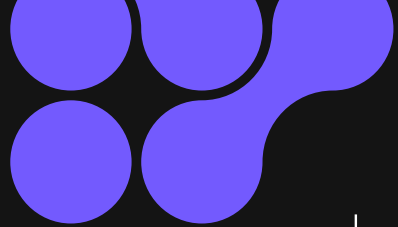


O pico de 30 de agosto no X coincidiu com o início do período em que a jornalista Juliana Dal Piva foi alvo de ataques após suas reportagens sobre o caso Banco Master.

TOXICIDADE - INSTAGRAM



Os picos de toxicidade registrados no **X**, em **18 de setembro**, e no **Instagram**, em **19 de setembro**, coincidiram com um período de forte tensão nas disputas estaduais e de repercussão dos ataques contra a jornalista Maria Cristina Fernandes após um comentário na GloboNews sobre Nossa Senhora Aparecida. Entre 13 e 26 de setembro, o Ceará liderou os ataques à imprensa relacionados às eleições estaduais, com 72 registros, em meio aos embates entre Ciro Gomes (PSDB) e Elmano de Freitas (PT), marcados por acusações de corrupção, mentira e associações ao bolsonarismo. Pernambuco apareceu em seguida, com 60 ataques, enquanto a disputa entre Raquel Lyra (PSD) e João Campos (PSB) era atravessada pela divulgação de pesquisas eleitorais e pela repercussão de declarações antigas de Raquel sobre laqueadura.



4. VIOLÊNCIA DE GÊNERO: MULHERES NA LINHA DE FRENTE DOS ATAQUES

UMA DESIGUALDADE QUE SE ACENTUOU AO LONGO DA CAMPANHA

A violência contra mulheres jornalistas marcou o monitoramento eleitoral, especialmente em setembro, quando elas chegaram a concentrar quase **80%** dos ataques direcionados a profissionais específicos nas duas plataformas.

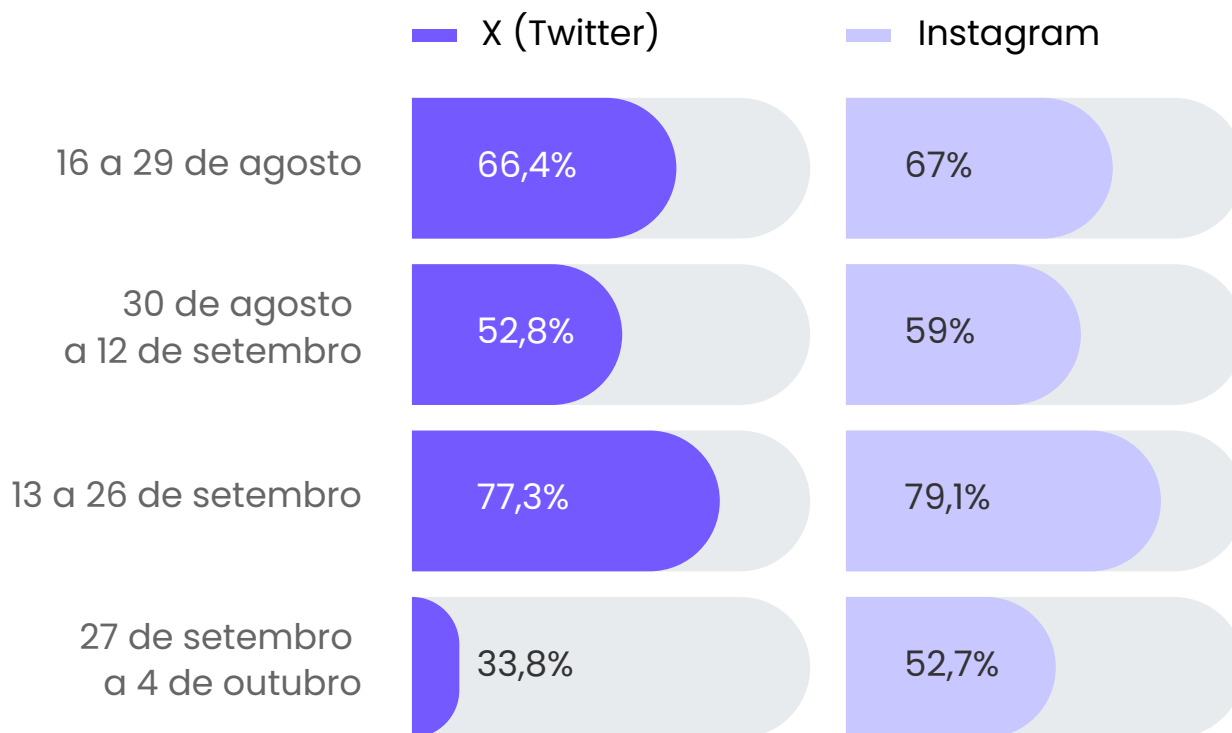
Entre 16 e 29 de agosto, as jornalistas receberam 146 dos 220 ataques registrados no X (**66,4%**) e 183 dos 273 no Instagram (**67%**). Na quinzena seguinte, esses percentuais recuaram para **52,8%** (280 de 530) e **59%** (375 de 636), respectivamente, embora as mulheres tenham permanecido como principais alvos.

O aumento mais expressivo ocorreu entre 13 e 26 de setembro: foram 375 agressões contra mulheres no X, de um total de 485 (**77,3%**), e 514 no Instagram, entre 650 registros (**79,1%**). Nesse período, os ataques no X atingiram 24 mulheres e 30 homens; no Instagram, 32 mulheres e 30 homens. Ou seja, **mesmo com quantidades próximas de profissionais atingidos, as jornalistas receberam um volume muito superior de mensagens ofensivas.**

Na última etapa, entre 27 de setembro e 4 de outubro, houve uma mudança nesse padrão. No X, as mulheres receberam **44 dos 130 ataques direcionados a jornalistas**

específicos (33,8%), enquanto os homens concentraram 86 (66,2%). Essa inversão esteve associada à concentração de agressões contra Ricardo Noblat, que recebeu 64 ataques, equivalentes a **74,4% dos registros direcionados a homens na plataforma.** No Instagram, as mulheres permaneceram como principais alvos, mas a diferença diminuiu: foram **96 ataques contra jornalistas mulheres (52,7%) e 86 contra homens (47,3%),** de um total de 182 registros.

PROPORÇÃO DE ATAQUES DIRECIONADOS A MULHERES JORNALISTAS



DA CONTESTAÇÃO JORNALÍSTICA AOS ATAQUES PESSOAIS

O conteúdo das mensagens ajuda a compreender o que esses números representam. Às acusações de parcialidade, militância e manipulação somaram-se insultos misóginos e sexuais, exposição pessoal e, em alguns episódios, incentivo à violência física. Embora nem toda agressão contra uma jornalista tenha motivação de gênero, os casos documentados mostram como diferentes atividades profissionais se tornaram ponto de partida para ataques que atingiram diretamente as mulheres responsáveis por elas.

Foi o que aconteceu com Natalia Viana, cofundadora e diretora-executiva da Agência Pública. Em agosto, a jornalista procurou o influenciador Paulo Figueiredo para solicitar esclarecimentos durante uma apuração e acabou exposta nas redes sociais, onde passou a receber ataques misóginos, posteriormente reproduzidos por seguidores. Nesse caso, as agressões começaram antes mesmo da publicação da reportagem: bastou o contato com uma fonte, procedimento básico do jornalismo, para que a profissional se tornasse alvo.

Na quinzena seguinte, Juliana Dal Piva recebeu **94 ataques identificados no X** durante a repercussão de sua cobertura sobre áudios envolvendo Nikolas Ferreira e Daniel Vorcaro, no contexto do caso Banco Master. As mensagens misturavam acusações de divulgação de fake news, insultos sexuais e misóginos e incentivo à violência física. A contestação do conteúdo jornalístico, portanto, veio acompanhada de agressões que ultrapassaram o debate sobre a investigação e passaram a atingir a integridade da repórter.

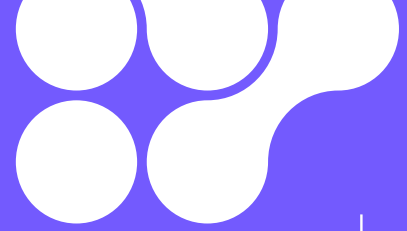
O caso de Maria Cristina Fernandes ganhou repercussão após a jornalista mencionar, durante um comentário na GloboNews, uma mobilização de parte dos evangélicos para retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil. Embora a informação estivesse correta, a emissora decidiu apresentar uma retratação, esclarecendo que o movimento não tinha ligação direta com o candidato Flávio Bolsonaro. Na sequência, Maria Cristina se tornou alvo de uma onda de violência nas redes sociais. Entre 13 e 26 de setembro, foram identificados **226 ataques contra ela no X**. No Instagram, o monitoramento também encontrou conteúdos com **incitação à violência física e à morte**.

O caso evidencia como o debate sobre uma declaração pública pode ultrapassar a cobrança de esclarecimentos e assumir proporções que colocam em risco a segurança de quem exerce o jornalismo.

O IMPACTO SOBRE O EXERCÍCIO DO JORNALISMO

Para As consequências dessas agressões não se restringem às mensagens recebidas. Quando procurar uma fonte, publicar uma investigação ou participar de um debate público pode resultar em exposição pessoal, ofensas sexuais e ameaças, a violência passa a interferir nas próprias condições de trabalho das jornalistas. Além dos riscos à segurança, cria-se uma pressão sobre sua presença e atuação no espaço público.

A dimensão de gênero, portanto, precisa ser considerada nas estratégias de proteção à imprensa. As agressões não atingem apenas a reputação profissional: podem buscar intimidar mulheres e constranger sua participação na cobertura política. Enfrentar esse problema exige medidas que considerem tanto a segurança das profissionais quanto a continuidade de seu trabalho, sem que a violência determine quais vozes podem ocupar o debate público.



5. COBERTURA ELEITORAL COMO ALVO: DISPUTAS, TERRITÓRIOS E VEÍCULOS

A DISPUTA PRESIDENCIAL NO CENTRO DAS AGRESSÕES

A cobertura da eleição presidencial concentrou a maior parte dos ataques diretamente associados às disputas eleitorais. Essa predominância se acentuou em setembro, à medida que a campanha avançava e as discussões sobre a disputa nacional ocupavam espaço crescente entre os conteúdos ofensivos identificados pelo monitoramento.

Entre 16 e 29 de agosto, foram registrados **1.253 ataques** relacionados à eleição presidencial e **397** às disputas estaduais. Na quinzena seguinte, esses números subiram para **2.232** e **794**, respectivamente.

A diferença se ampliou entre 13 e 26 de setembro. Dos 2.954 ataques associados ao contexto eleitoral, **2.530 estavam relacionados à disputa presidencial (85,6%)**, enquanto 424 envolviam as eleições estaduais. Em comparação com a etapa anterior, os ataques ligados à eleição presidencial aumentaram, enquanto aqueles associados às disputas estaduais diminuíram. A participação da cobertura nacional passou de 73,8% para 85,6% dos registros eleitorais.

Na última etapa, entre 27 de setembro e 4 de outubro, foram identificados **1.299 ataques relacionados à eleição presidencial (83,9%)** e **249 às disputas estaduais (16,1%)**. Embora a participação da disputa nacional tenha recuado ligeiramente em relação à etapa anterior, ela permaneceu predominante na reta final da campanha.

No acumulado do primeiro turno, **7.314 ataques estiveram associados à eleição presidencial (79,7%)**, enquanto **1.864 envolveram as disputas estaduais (20,3%)**, totalizando **9.178 registros classificados segundo o contexto eleitoral**. Os dados mostram que a cobertura presidencial foi o principal foco das agressões relacionadas às eleições durante todo o período monitorado, com uma concentração particularmente elevada nas duas últimas etapas.



As agressões não atingem apenas a reputação profissional: podem buscar intimidar mulheres e constranger sua participação na cobertura política.

A MUDANÇA NO MAPA DA VIOLÊNCIA AO LONGO DA CAMPANHA

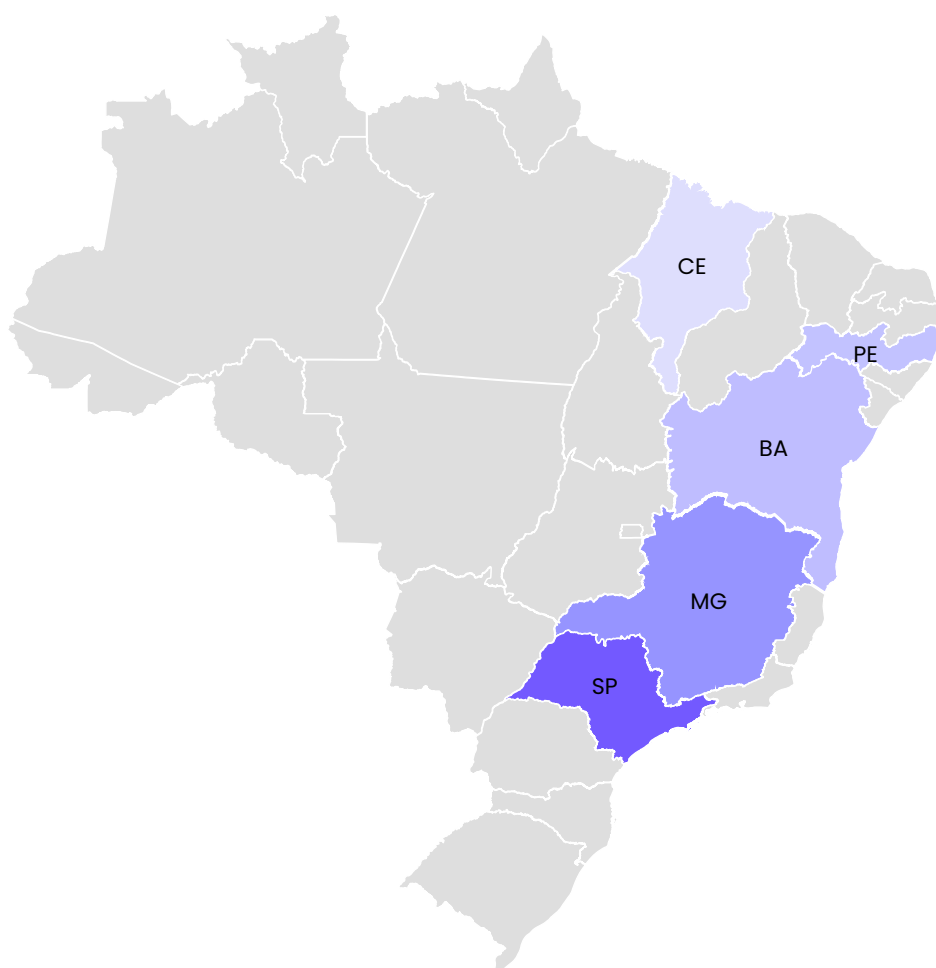
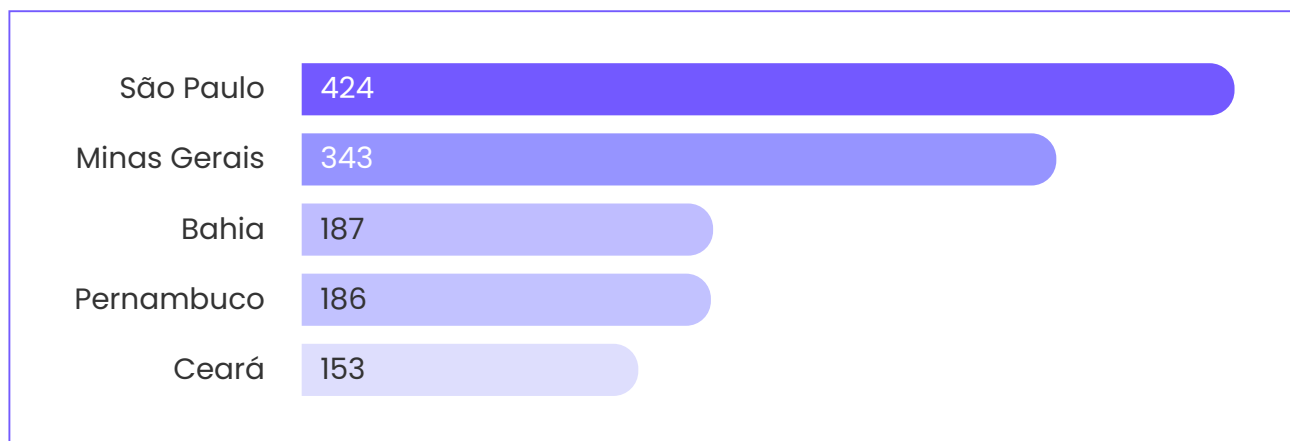
Nos estados, a distribuição dos ataques mudou durante o período, acompanhando a repercussão de diferentes episódios e coberturas. São Paulo (80), Minas Gerais (77) e Rio de Janeiro (62) lideraram os registros na primeira quinzena. Na segunda, Minas Gerais passou à frente, com **213 ataques**, seguida por São Paulo (174), Bahia (94) e Distrito Federal (86).

Nesse período, a repercussão da cobertura sobre áudios envolvendo o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) e Daniel Vorcaro, no contexto do caso Banco Master, esteve entre os episódios que mobilizaram agressões contra a imprensa. A jornalista Juliana Dal Piva, responsável por reportagens sobre o assunto, recebeu **94 ataques identificados no X**, incluindo ofensas misóginas e incentivo à violência física.

Já entre 13 e 26 de setembro, Ceará (72) e Pernambuco (60) passaram a concentrar os maiores números de ataques associados às disputas estaduais, seguidos por São Paulo (58), Santa Catarina (46), Bahia (40) e Minas Gerais (36). A mudança evidenciou a importância de disputas regionais competitivas e de episódios específicos que ganharam repercussão durante a campanha.

Na última etapa, entre 27 de setembro e 4 de outubro, São Paulo voltou a se destacar, com 112 dos 249 ataques associados às disputas estaduais, o equivalente a **45% dos registros do período**. Pernambuco (28), Bahia (23), Ceará (20), Rio de Janeiro (19) e Minas Gerais (17) apareceram em seguida. A concentração paulista ocorreu em meio à reta final da disputa pelo governo estadual, à corrida pelo Senado e à repercussão dos debates eleitorais.

Considerando os registros disponíveis nas quatro etapas, **São Paulo acumulou 424 ataques**, seguido por Minas Gerais (343), Bahia (187), Pernambuco (186) e Ceará (153). A liderança paulista e a presença de Minas Gerais entre os principais alvos podem estar relacionadas, em parte, ao fato de serem os dois estados mais populosos do país, com ampla cobertura jornalística e disputas políticas de projeção nacional. Já a posição de Pernambuco e Ceará chama a atenção: apesar de suas populações menores, ambos chegaram a superar São Paulo e Minas Gerais na terceira etapa do monitoramento, em meio a disputas acirradas pelos governos estaduais.

ESTADOS COM MAIS ATAQUES ACUMULADOS NO PRIMEIRO TURNO⁶

⁶ Foram considerados os cinco estados com maiores totais entre aqueles com registros apresentados nas quatro etapas do monitoramento.

VEÍCULOS NACIONAIS SOB PRESSÃO

Os ataques não ficaram restritos aos jornalistas individualmente. Veículos de comunicação também foram alvos frequentes, especialmente aqueles de alcance nacional, cujas reportagens, entrevistas e conteúdos eleitorais circularam amplamente nas plataformas monitoradas.

A presença de grandes organizações jornalísticas entre os principais alvos foi recorrente ao longo da campanha. No X, **o g1 recebeu 390 ataques entre 16 e 29 de agosto e voltou a liderar os registros entre 13 e 26 de setembro, com 281 ocorrências.** A Folha de S.Paulo, por sua vez, foi o veículo mais atacado na segunda etapa, com 241 registros. Na reta final, entre 27 de setembro e 4 de outubro, o g1 novamente apareceu à frente, com 204 ataques, seguido por GloboNews (187), CNN Brasil e Folha de S.Paulo (96 cada).

No Instagram, **a GloboNews esteve entre os principais alvos ao longo das quatro etapas.** Entre 13 e 26 de setembro, recebeu **235 ataques**, seguida pelo jornal O Globo (205) e pelo Estadão (172). Na última etapa, a **Folha de S.Paulo liderou os registros**, com 94 ataques, seguida por GloboNews (60) e Estadão (56).

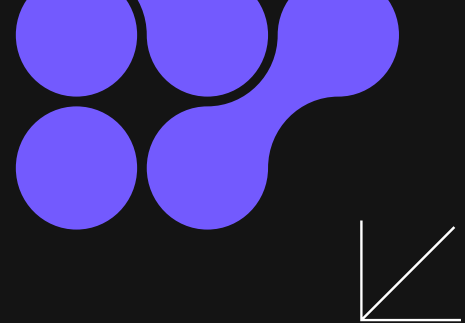
A exposição desses veículos esteve associada, em parte, à circulação de suas próprias coberturas. Reportagens, entrevistas, pesquisas e comentários jornalísticos se tornaram pontos de partida para mensagens que questionavam não apenas uma informação específica, mas também a credibilidade das organizações responsáveis por divulgá-la.

O volume de registros também precisa ser lido à luz das diferenças de alcance e circulação entre as organizações. A presença recorrente de grandes veículos entre os principais alvos não significa que a violência contra iniciativas menores seja menos presente.

Para organizações regionais e independentes, que muitas vezes trabalham com equipes e estruturas mais reduzidas, ameaças e intimidações podem comprometer diretamente a continuidade de uma cobertura.



Observa-se uma tendência preocupante de proliferação de representações eleitorais que buscam a remoção de matérias jornalísticas que expõem fatos ou opiniões de interesse público, sob o argumento de serem ofensivas à reputação de candidatos.



6. USO ABUSIVO DA JUSTIÇA

É inegável a importância da Justiça Eleitoral para assegurar que abusos não levem a um desequilíbrio no pleito. Contudo, observa-se uma tendência preocupante de proliferação de representações eleitorais que buscam a remoção de matérias jornalísticas que expõem fatos ou opiniões de interesse público, sob o argumento de serem ofensivas à reputação de candidatos. Tratadas como propaganda eleitoral negativa, sem que haja sequer indício e muito menos comprovação de que houve desvirtuamento da atividade de imprensa, com o intuito de favorecer um ou outro candidato, matérias jornalísticas que reportavam fatos verdadeiros e de inequívoco interesse público, foram alvo de representações com preocupantes decisões de censura.

Um dos exemplos mais graves é o da representação eleitoral movida pelo MDB/AL contra a Mídia Caeté, mediante alegação de que o veículo teria realizado propaganda eleitoral antecipada negativa em prejuízo do deputado federal, então candidato à reeleição, Rafael Brito, pela publicação de reportagem que noticiou que um diretor escolar da rede pública estadual ofereceu apoio financeiro a estudantes do ensino médio para que pudessem comparecer em evento que contaria com a presença do parlamentar. Uma das mensagens tinha o seguinte teor, que não foi negado pelo diretor do estabelecimento de ensino: *“amanhã terá a entrega da(sic) programa Ronda no bairro, que já existia em Maceió e agora vem para Arapiraca e o Deputado Rafael Brito fez um convite para os alunos da nossa escola que quiserem se fazer presente(sic) (...)”*.

Embora tenha reconhecido expressamente a veracidade dos fatos e o seu evidente interesse público, o TRE/AL determinou a remoção da matéria, entendendo que *“a montagem editorial realizada desborda do exercício legítimo da liberdade de expressão e de imprensa”*, uma vez que *“a publicação apresenta o parlamentar nominal e visualmente vinculado à entrega de quantias financeiras a adolescentes para comparência a ato político, imputação de gravidade moral e eleitoral”*. Causa surpresa a decisão, porque o veículo deu enorme destaque à posição do diretor da escola, que negou o envolvimento do deputado e disse ter incorrido em um “erro de digitação”. Além da remoção da matéria, a Mídia Caeté foi condenada ao pagamento de multa eleitoral. Há recurso especial eleitoral pendente de julgamento perante o TSE.

Sob a mesma jurisdição, a Revista Piauí e o jornalista João Batista Jr. foram alvo de representação eleitoral movida pelo então candidato ao Senado por Alagoas, Arthur Lira. O parlamentar sustenta que o veículo realizou propaganda eleitoral negativa ao publicar matéria que repercutia conversas entre o banqueiro Daniel Vercaro e o ex-ministro Fábio Faria, tendo entre elas uma mensagem de voz que se referia ao nome “Arthur”, menção que, segundo relatório da Polícia Federal, poderia se referir a Arthur Lira.

Lira sustenta que não participou das festas organizadas por Vercaro que foram noticiadas na matéria. Contudo, a reportagem não disse que Arthur Lira esteve presente na referida festa. Limitou-se a reproduzir transcrição de

áudio constante de relatório da Polícia Federal, sem afirmar que o candidato teria comparecido. O nome de Arthur Lira apareceu única vez em todo o texto, referindo-se ao relatório da polícia que suspeitava que “Arthur” seria o deputado “Arthur Lira”.

Muito embora não se verifique na matéria a divulgação de qualquer informação falsa, o TRE determinou a remoção e indisponibilização de toda e qualquer menção a Arthur Lira vinculada ao núcleo fático da matéria impugnada (“A festa das ‘suíças’ de Vorcaro”), aplicando, ainda, multa eleitoral. O recurso interposto pela defesa da revista e do jornalista aguarda julgamento perante o TRE/AL.

Ainda que tenha sido percebida a tendência de um uso abusivo da Justiça Eleitoral por candidatos que propõem ações judiciais contra conteúdos jornalísticos de interesse público, como se esses fossem propaganda eleitoral negativa. Em alguns casos observados por este monitoramento, foram encontradas decisões positivas dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) que assertivamente reconheceram que a interpretação da legislação eleitoral pretendida pelos autores dessas ações é descabida e atenta contra a liberdade de expressão e de imprensa.

A divulgação de informações falsas a respeito de um candidato não pode ser tolerada e, se comprovada, pode ser reprimida judicialmente. No entanto, o que se observa é que diversas ações são abusivas e buscam, na verdade, atacar publicações jornalísticas que relatam ou comentam assuntos verdadeiros e de interesse público. Nos casos que destacamos abaixo, o Poder Judiciário compreendeu que os autores das ações não conseguiram provar que as informações seriam incorretas e na verdade a ação tentava simplesmente silenciar a crítica.

O primeiro ponto destacado pelos magistrados é que a atuação da Justiça Eleitoral

deve ser precisa, específica e intervir o mínimo possível no debate público, justificando-se somente quando houver comprovação de divulgação de fatos sabidamente inverídicos ou descontextualizações graves que possam induzir o eleitor ao erro. Tudo além disso, sejam críticas, comentários ou sátiras, faz parte do debate público e deve ser tolerado, desde que fundamentadas em fatos verdadeiros. A juíza Marielma Ferreira Bonfim Tavares do TRE-PA, que julgou ação movida por Daniel Santos, candidato eleito ao governo do Pará, contra o jornalista Adriano Wilkson, afirmou:

“A liberdade de imprensa e a livre circulação de ideias e críticas a agentes públicos e candidatos constituem pilares do Estado Democrático de Direito. A intervenção da Justiça Eleitoral no debate público deve ser mínima, reservando-se o tolhimento da liberdade de expressão apenas para situações de gravidade inconteste e falsidade ostensiva, o que não se verifica no presente caso.”

Nesta ação, o candidato tentava censurar um vídeo em que o jornalista destaca práticas irregulares de desapropriações de terrenos e repasses milionários a amigos de secretários do então prefeito de Ananindeua. O autor da ação não conseguiu provar que os fatos não eram verdadeiros, o que foi reconhecido pela magistrada na decisão que negou o pedido liminar de remoção da publicação.

Já na ação movida por Ângelo Coronel, candidato à reeleição ao cargo de senador pelo estado da Bahia, contra a Revista Afirmativa, a discussão tratava do uso do termo “negro” para noticiar que o candidato se declarou oficialmente como “pardo” ao registrar sua candidatura à reeleição, diferentemente das duas eleições anteriores, quando se declarou como branco. A Justiça entendeu que a diferença dos termos não é suficiente para caracterizar fato inverídico, mesmo que o candidato tenha corrigido a sua

declaração depois da publicação, registrando essa versão na matéria.

A decisão assinada pelo magistrado relator Gustavo Teles Veras Nunes afirma:

“De igual modo, não restou demonstrado, como incumbia ao representante, que a matéria tivesse o propósito de macular sua honra ou imagem ou de desequilibrar o pleito. A escolha do tema e da manchete, por si só, não evidencia finalidade lesiva, especialmente porque a notícia se baseou em dado oficial e apresentou a explicação fornecida pela assessoria do próprio candidato”.

Da mesma forma, o magistrado Aloiso Gonçalves de Castro Mendes, em um processo do candidato a deputado federal Felipe Curi contra a jornalista Cecília Olliveira, reconheceu que as informações divulgadas representavam um conteúdo crítico e combativo. “Claramente, trata-se de manifestação de uma posição política de oposição, inerente ao pluralismo de ideias do período pré-eleitoral.”, afirma a decisão liminar.



O sigilo da fonte é uma garantia fundamental do trabalho jornalístico, assegurado pela Constituição Federal. A proteção garante condições seguras para que fontes e jornalistas possam compartilhar informações de interesse público.

A decisão ainda completa que a *“arena democrática tolera e até mesmo incentiva críticas ácidas, cáusticas e severas dirigidas a homens públicos ou agremiações partidárias que gerem ou pretendem gerir a coisa pública.”* E assim reforça que, em se tratando de agentes públicos, como são os políticos e candidatos, a decisão de ingressar no espaço público faz com que estes devam tolerar um grau mais elevado de crítica e escrutínio da sua vida e atuação pública. E o magistrado retoma que este é o entendimento consolidado tanto na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal quanto na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

“Ainda que as postagens guardem inegável conteúdo crítico e combativo, elas não são manifestamente inverídicas ou denotam absoluta distorção da realidade. Representam a visão do representado sobre o cenário político local e encontram-se abrigadas pela liberdade de expressão, no contexto do legítimo e acalorado debate político-eleitoral, próprio do Estado Democrático de Direito”, completa a decisão.

Em anos eleitorais, são comuns os processos judiciais que buscam a remoção de matérias jornalísticas antigas que, apesar de verdadeiras e de interesse público, reportam fatos que podem afetar negativamente a reputação de potenciais candidatos.

Um exemplo disso é a ação cível movida contra Aos Fatos por Emílio Kleber Filho, militar da reserva e então assessor parlamentar do deputado federal (agora reeleito) Tenente-Coronel Zucco (Republicanos/RS). O processo foi ajuizado para questionar reportagem publicada em março de 2023, que investigou postagens de cunho golpista e desinformativo de membros de gabinetes de parlamentares do Congresso Nacional, entre eles, Emílio. Apesar da veracidade das informações trazidas na publicação, o autor, sem especificar a alegada falsidade do conteúdo, requereu a retirada da

matéria do ar e o pagamento de indenização por danos morais.

De modo acertado, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) julgou a demanda improcedente, considerando que *“uso de linguagem crítica, irônica ou enfática, por si só, não configura abuso do direito de informar, desde que não implique imputação falsa de fatos”*. Emílio não recorreu da decisão, aspecto que, somado à falta de fundamentação da ação, indica que houve uma tentativa de instrumentalização do Judiciário para cercear a circulação de informações de interesse público em momento crucial para a tomada de decisões pela sociedade.

Por último, merece destaque um ofício do Ministério Público Eleitoral do Amazonas, enviado ao Portal Redação Amazônia, após a publicação de uma informação obtida em uma coletiva de imprensa da Polícia Civil do estado, a respeito do envolvimento de uma pessoa presa por tráfico de drogas com a campanha da candidata ao Governo do Amazonas, Maria do Carmo (PL-AM). O documento solicitou ao veículo que fornecesse informações sobre quem compartilhou o release publicado no portal, quando ele foi recebido, os arquivos originais, e sobre eventual “remuneração, patrocínio ou impulsionamento relacionado à publicação”, destacando que, “por se tratar de release de órgão oficial, distribuído em coletiva aberta, não se aplica sigilo de fonte”.

Se a informação foi divulgada oficialmente por um órgão do estado, seja por meio de release ou de coletiva de imprensa, cabe questionar a finalidade de tal diligência e qual a razão para a menção à inaplicabilidade do sigilo de fonte.

Embora o caso não tenha evoluído, até o momento, para um processo eleitoral, ele escancara uma grave ameaça contra a atividade da imprensa nas eleições. O sigilo da fonte é uma

garantia fundamental do trabalho jornalístico, assegurado pela Constituição Federal. A proteção garante condições seguras para que fontes e jornalistas possam compartilhar informações de interesse público. Ainda que o ofício não tenha avançado em medidas que pudessem levar à violação do sigilo de fonte, a referência à sua inaplicabilidade de maneira descontextualizada pode ter efeitos intimidatórios gravíssimos.

7. O QUE O PRIMEIRO TURNO REVELA

A violência contra a imprensa acompanhou a campanha eleitoral de 2026 do início ao fim do primeiro turno. Os ataques cresceram expressivamente nas primeiras semanas de monitoramento e permaneceram em patamar elevado, consolidando as plataformas digitais como espaços de agressão a jornalistas e veículos durante a cobertura das eleições.

Ao longo desse período, reportagens, pesquisas eleitorais, entrevistas e comentários jornalísticos se tornaram pontos de partida para acusações recorrentes de parcialidade, militância, manipulação e interesses financeiros. A cobertura presidencial concentrou a maior parte das agressões diretamente relacionadas às disputas eleitorais, enquanto, nos estados, os registros acompanharam a repercussão de diferentes episódios e acontecimentos das campanhas. A violência não se limitou a um único tema, veículo ou campo político.

O monitoramento também evidenciou a dimensão de gênero dessas agressões. Em setembro, as mulheres chegaram a receber quase quatro em cada cinco ataques dirigidos a jornalistas específicos nas duas plataformas, embora não representassem essa mesma proporção entre os profissionais atingidos. Os casos documentados revelaram ainda a presença de insultos misóginos e sexuais, exposição pessoal e ameaças à integridade física, ampliando os riscos enfrentados pelas jornalistas no exercício da profissão.

Mas há consequências que não cabem inteiramente nas estatísticas. Os episódios acompanhados envolveram profissionais que procuravam fontes, investigavam assuntos de interesse público, publicavam reportagens ou participavam de debates jornalísticos. Também mostraram como a violência pode atingir iniciativas de comunicação e comprometer a continuidade de uma cobertura, especialmente quando ameaças e intimidações ultrapassam o ambiente digital.

A violência contra a imprensa, porém, não se restringe às plataformas digitais. Agressões físicas, ameaças, discursos estigmatizantes e assédio judicial também fazem parte dos riscos enfrentados por jornalistas durante a cobertura política e eleitoral. Em alguns casos, instrumentos da própria Justiça



Ataques iniciados nas redes sociais podem ampliar a exposição de profissionais, alimentar situações de intimidação e produzir consequências concretas para sua segurança e suas condições de trabalho.

Eleitoral foram utilizados para pressionar veículos de comunicação, restringir a circulação de reportagens e tentar silenciar coberturas de interesse público. Além disso, as fronteiras entre os ambientes online e offline nem sempre são claras: ataques iniciados nas redes sociais podem ampliar a exposição de profissionais, alimentar situações de intimidação e produzir consequências concretas para sua segurança e suas condições de trabalho. Embora essas manifestações não tenham sido quantificadas pelo monitoramento digital, considerá-las é fundamental para compreender a dimensão mais ampla da violência contra o jornalismo.

O primeiro turno deixa, assim, um alerta que vai além da segurança individual dos profissionais. Quando o exercício cotidiano do jornalismo passa a ser acompanhado por campanhas de descredibilização, agressões e ameaças, não são apenas jornalistas e veículos que sofrem as consequências. A sociedade também corre o risco de perder acesso a informações, investigações e diferentes perspectivas justamente em um período em que esses conteúdos são fundamentais para o debate público e o exercício do voto.

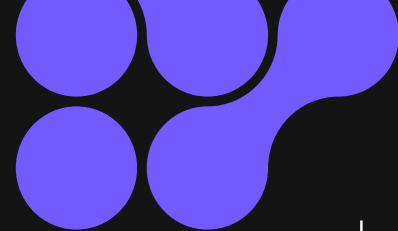
“Há cada quatro anos, ou em atos de grande comoção, como as Jornadas de Junho, o *impeachment*, a prisão do Lula, eu sou bastante atacado. Sempre fui. [...] São ameaças de morte, ameaças de agressão, que, mesmo vindas de políticos ou de outras pessoas conhecidas nas redes sociais, eu nem levo muito mais em conta. [...] Agora, quando transcende as redes e passa pro mundo offline, eu acendo o alerta.

No passado, eu já fui surrado na rua, quebraram garrafa na minha cabeça, cuspiram, recebi ameaça de morte em papel, entregue pessoalmente. Isso, ao longo do tempo, aconteceu várias vezes. [...] Nesse primeiro turno, eu fui agredido fisicamente indo ao trabalho, na saída do metrô. A pessoa ainda gritou ‘imprensa lixo’ pra mim, deixando claro que não foi sem querer ou fora de contexto. Infelizmente, acontece.

A violência está presente, sim [nesta eleição]. É uma violência inerente, pairando no ar. Há determinados grupos com muita raiva, preparados para a desforra de quem defendeu a democracia. [...] Então tem muito jornalista com medo, é claro. A gente segue o jogo, né? [...] Mas o fato de ter tido a agressão [contra mim] mostra que essa campanha, sim, ela é agressiva para os jornalistas.”



Depoimento de **Leonardo Sakamoto**, diretor da Repórter Brasil, comentarista do Jornal da Cultura e colunista do UOL Notícias



6. ONDE DENUNCIAR E BUSCAR APOIO

Jornalistas e comunicadores que enfrentam ameaças, agressões, assédio judicial ou ataques digitais em decorrência do trabalho profissional podem recorrer a organizações especializadas e canais públicos de denúncia. Registrar os episódios ajuda a documentar a violência, buscar proteção e evitar que os casos permaneçam invisíveis.

Em situações de risco imediato, a prioridade deve ser procurar um local seguro e acionar os serviços de emergência. Sempre que possível e sem ampliar a exposição da vítima, também é importante preservar evidências, como mensagens, links, capturas de tela, documentos e registros de ameaças.

CANAIS DE DENÚNCIA E REDES DE PROTEÇÃO

Coalizão em Defesa do Jornalismo (CDJor)

A CDJor reúne 10 organizações que atuam conjuntamente na defesa da liberdade de imprensa e na proteção do exercício jornalístico. Suas integrantes oferecem diferentes possibilidades de orientação, denúncia e encaminhamento de casos.

→ [Acesse o site](#)

Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores

Coordenada pelo Instituto Vladimir Herzog, com participação da Artigo 19, Repórteres sem Fronteiras e Intervezes, a Rede disponibiliza um canal seguro e privado para denúncias de ameaças e ataques relacionados à atividade profissional. Os casos recebidos são avaliados e podem ser acompanhados e encaminhados a outras frentes de apoio, em diálogo com a vítima.

→ [Canal de denúncias](#)

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)

A Abraji conta com um Núcleo de Segurança dedicado a prestar apoio e orientação a jornalistas e comunicadores vítimas de violência em decorrência do exercício profissional. Entre suas iniciativas está o **Programa de Proteção Legal**, que oferece orientação e assistência jurídica em casos de assédio judicial. O programa também pode acolher profissionais vítimas de ameaças, assédio e perseguição que desejem buscar a responsabilização civil dos agressores, conforme seus critérios de elegibilidade.

→ [Contato](#)

Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e sindicatos da categoria

Jornalistas que sofrerem violência durante a cobertura podem procurar o sindicato de seu estado para relatar a ocorrência e solicitar orientação. A Fenaj também recebe comunicações sobre ataques relacionados ao exercício profissional e atua no acompanhamento dos casos em articulação com os sindicatos.

→ [Acesse o site](#)

Contato: fenaj@fenaj.org.br

Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ)

O CPJ oferece orientação de segurança e apoio emergencial a jornalistas em risco em decorrência de seu trabalho. Conforme a avaliação de cada caso, a assistência pode incluir suporte médico, psicossocial, jurídico, financeiro ou para deslocamento emergencial.

→ [Acesse o site](#)

Contato: emergencies@cpj.org

Repórteres sem Fronteiras (RSF)

A organização internacional atua na defesa da liberdade de imprensa e disponibiliza um canal para pedidos de assistência a jornalistas.

→ [Acesse o site](#)

Contato: assistance@rsf.org

Instituto Tornavoz

O Tornavoz possui projeto destinado a custear a contratação de advogados para a defesa daqueles que sejam alvos de processos envolvendo a liberdade de expressão e que não possuem condições econômicas de fazê-lo por conta própria. Apoio oferecido: apoio financeiro para contratação de advogados e suporte técnico para a defesa.

→ [Acesse o site](#)

CANAIS PÚBLICOS DE DENÚNCIA

Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores Sociais

Vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, recebe denúncias de violência contra profissionais da comunicação. O registro pode ser feito pela plataforma Fala.BR, inclusive de forma anônima, e deve apresentar informações que permitam a avaliação do episódio.

→ [Canal de denúncias](#)

Disque Direitos Humanos — Disque 100

Serviço público gratuito, disponível 24 horas por dia, que recebe denúncias de violações de direitos humanos, incluindo violência contra jornalistas e comunicadores. Os relatos podem ser feitos anonimamente e são encaminhados aos órgãos competentes.

→ [Telefone: 100](#)

Em caso de agressão, ameaça ou outra situação que coloque a segurança em risco, também é importante buscar atendimento das autoridades competentes e registrar a ocorrência, quando houver condições seguras para isso.

